



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	2021/00206
INTERESSADA	Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo
ASSUNTO	Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização - Legislativo, Assessoria Parlamentar e Representação Política
RELATORA	Consª Iraíde Marques de Freitas Barreiro
PARECER CEE	Nº 16/2023 CES "D" Aprovado em 18/01/2023 Comunicado ao Pleno em 01/02/2023

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Diretor Presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo encaminha a este Conselho, por meio do Ofício EP 04/2021, protocolado em 01/06/2021, para a apreciação e aprovação, o Projeto do Curso de Especialização - Legislativo, Assessoria Parlamentar e Representação Política, nos termos da Deliberação CEE 197/2021 (fls. 04).

Recredenciamento da Instituição	Parecer CEE 378/2022, Portaria CEE-GP 506/2022, publicada no DOE de 19/11/2022, pelo prazo de cinco anos.
Direção	Diretor-Presidente: Alexsandro do Nascimento Santos
Horários de Funcionamento	As aulas do curso serão realizadas, preferencialmente as segundas-feiras e as sextas-feiras, no período matutino, das 9h às 12h.
CH total do Curso	450 horas
Número de vagas oferecidas	85 vagas, por turma
Duração do curso	Período mínimo de 16 meses (dezesseis meses) e num período máximo de 24 meses (dois anos), de acordo com calendário acadêmico elaborado e divulgado no início de cada turma.
Forma de Acesso	<ul style="list-style-type: none">• Prova de Conhecimentos Gerais• Avaliação de trajetória acadêmica e de experiência profissional• Avaliação de proposta de projeto de intervenção e/ou pesquisa• Sorteio de vagas, realizado a partir de critérios específicos definidos em edital.
Local de realização	Palácio Anchieta - Viaduto Jacareí, 100 - São Paulo - SP
Responsáveis pelo Curso	Alexsandro do Nascimento Santos Pesquisador do Núcleo de Estudos da Burocracia (EAESP-FGV), Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela PUCSP Humberto Dantas de Mizuca Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo Vinicius Schurgelies Doutorando em Administração Pública pela EAESP/Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela EAESP/Fundação Getúlio Vargas

1.2 APRECIÇÃO

A matéria está regulamentada pela Deliberação CEE 197/2021, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação nos cursos de pós-graduação *latu sensu* (especialização) do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

Justificativa – fls. 09

A Lei 15.506/2011, que instituiu a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, estabeleceu como sua função precípua de oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo Paulistano, se comprometendo, entre outras coisas, a:

I - oferecer ao Parlamentar e aos municípios subsídios para a identificação da missão do Poder Legislativo, para que exerçam de forma eficaz suas atividades;



II - desenvolver programas de ensino, cursos e palestras, objetivando a formação e a qualificação de lideranças comunitárias e políticas;

III - estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada à Câmara Municipal em cooperação com outras instituições de ensino.

Dessa perspectiva, o legislador reconheceu que o funcionamento adequado do Poder Legislativo e a consecução efetiva de suas finalidades no regime democrático brasileiro requer um movimento intencional e consistente de formação, aperfeiçoamento e qualificação das atividades técnicas e políticas que dão contorno à sua institucionalidade e que permitem que se cumpram suas funções típicas de produção legislativa e de fiscalização dos atos do poder executivo e o aprimoramento de sua gestão interna.

Um Poder Legislativo com maior agência independente e com maior capacidade de negociar a agenda de gestão e as demandas emergentes da sociedade com o Poder Executivo, certamente, permite que a democracia brasileira se fortaleça e se faça mais responsiva frente à pluralidade da vida social. Dito de outro modo: ampliar e aprofundar as capacidades técnicas e políticas de representantes eleitos nos parlamentos e de assessores parlamentares e quadros burocráticos do Poder Legislativo é, em última instância, contribuir para a consolidação da democracia brasileira.

Nesse diapasão, a Escola do Parlamento reconhece sua missão institucional e propõe a realização deste curso de Especialização em Legislativo, Assessoria Parlamentar e Representação Política.

Importa sublinhar que essa iniciativa é, simultaneamente, conectada e disruptiva com outras experiências semelhantes desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. Na primeira perspectiva, a iniciativa está em diálogo com propostas já consolidadas e que investem na formação para a pesquisa e criação de inovações no campo institucional legislativo. Entretanto, entendemos que a iniciativa proposta neste curso é disruptiva porque coloca o estudo e a reflexão sobre a atuação cotidiana dos parlamentares e quadros técnicos e políticos no poder legislativo em nível subnacional, a partir do reconhecimento das características institucionais das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas.

Objetivos – fls. 10

OBJETIVO GERAL

Formar especialistas, em nível de pós-graduação para o trabalho de assessoramento parlamentar e representação política, capazes de: a) localizar, compreender e interpretar o lugar e a especificidade do Poder Legislativo nas democracias contemporâneas (em particular, na democracia brasileira) e; b) desenvolver as atividades técnicas e políticas típicas da assessoria parlamentar e da representação política no Poder Legislativo, demonstrando padrões elevados de competência e testemunhando compromisso ético-político com os valores e princípios que organizam a democracia brasileira e o bom funcionamento de suas instituições.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Espera-se que, no percurso formativo oferecido pela Escola do Parlamento, os estudantes possam desenvolver e/ou ampliar sua capacidade de:

a) identificar, analisar, interpretar e compreender a emergência histórica e as características das democracias contemporâneas e a afirmação do modelo representativo de democracia como um regime de organização da vida social hegemônico no mundo ocidental;

b) identificar, analisar, interpretar e compreender os principais fundamentos da democracia representativa na experiência histórica brasileira; suas principais vantagens e as críticas mais recorrentes endereçadas a ela.

c) identificar, compreender, problematizar e discutir o funcionamento do Poder Legislativo na democracia brasileira, mapeando suas principais forças e fragilidades e propondo soluções para seus principais pontos críticos.

d) identificar, compreender, problematizar e discutir as relações entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário em nível subnacional; bem como entre o Poder Legislativo e a Sociedade Civil.

e) identificar, compreender e apropriar-se das principais tarefas típicas da assessoria parlamentar em nível subnacional.



f) identificar, compreender e apropriar-se das principais tarefas da representação política no legislativo em nível subnacional.

Público-Alvo – fls. - 14

O público-alvo é constituído necessariamente por alunos que já tenham se graduado em Instituições de Nível Superior, em qualquer área, e que já atuem, ou desejam atuar, em atividades de assessoria parlamentar e representação política no âmbito do Poder Legislativo.

ESTRUTURA CURRICULAR – fls. 16

RELAÇÃO DE DISCIPLINAS DO CURSO

DISCIPLINAS DO CICLO DE FORMAÇÃO BÁSICA

1. Teoria Política, Teorias da Democracia e Democracias Contemporâneas
2. Estrutura e Funcionamento do Estado Brasileiro pós 1988
3. Representação Política e Assessoria Parlamentar
4. Comunicação Política no Poder Legislativo
5. Processo Legislativo, Governo e Sociedade: Estudos de Caso
6. Poder Legislativo e Políticas Públicas na Cidade

DISCIPLINAS DO CICLO DE FORMAÇÃO AVANÇADA

1. Metodologia Científica
2. Processo Legislativo Local e Participação Popular na Cidade
3. A Cidade Contemporânea: Políticas Públicas de Educação, Saúde e Assistência Social
4. A Cidade Contemporânea: Políticas Públicas de Cultura, Esporte, Lazer e Economia Criativa
5. Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Questões Metropolitanas e Território da Cidade
6. Território, Cidade, Participação Política e Dinâmicas Sociais

ESTRUTURA CURRICULAR – ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

As 90 horas de atividades acadêmicas complementares (AAC) serão realizadas pelos estudantes sob a supervisão da coordenação do curso e a partir de sua participação em atividades típicas do poder legislativo, em eventos científicos, cursos livres e de extensão universitária, obedecendo à seguinte distribuição:

a) 45 horas de participação comprovada em seminários, cursos livres e cursos de extensão universitária oferecidos pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo;

b) 15 horas de participação comprovada em atividades típicas do Poder Legislativo (audiências públicas, reuniões e sessões das diferentes comissões parlamentares, grupos de estudo, grupos de trabalho, entre outros);

c) 30 horas de participação comprovada em seminários, cursos de extensão universitária ou atividades de apoio à pesquisa oferecidos ou desenvolvidos por associações de pesquisa, entidades de classe e/ou instituições de ensino e pesquisa legalmente reconhecidas.

Os estudantes deverão submeter os comprovantes de realização das atividades acadêmicas complementares em dois momentos:

a) ao final do 6º (sexto) mês de matrícula, conforme calendário estabelecido pela Escola do Parlamento;

b) ao final do 12º (décimo segundo) mês de matrícula, conforme calendário estabelecido pela Escola do Parlamento.

Ao final do 12º mês de matrícula, os estudantes deverão comprovar o total de 90 horas de atividades acadêmicas complementares.

As ementas e bibliográficas encontram-se de fls. 24 a 36.

CORPO DOCENTE – fls. 18

DISCIPLINAS	DOCENTE RESPONSÁVEL	TITULAÇÃO
Teoria Política, Teorias da Democracia	Alexsandro do Nascimento Santos	Possui mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2015). Atualmente é Diretor-Presidente e professor dos cursos de especialização da Escola do



Democracias Contemporâneas		Parlamento, Professor Colaborador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e junto ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais da Universidade Cidade de São Paulo. Também é Coordenador do Curso de Pedagogia da FEDUC e Pesquisador-Líder da Cátedra "Educação e Juventudes Brasileiras" do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). Concentra suas pesquisas nas áreas de História da Educação, Formulação, Gestão e Implementação de Políticas Educacionais, Dimensão Subjetiva das Desigualdades, Trabalho Educativo em Serviços da Assistência Social, Relações Raciais e na articulação das políticas da Diversidade, Diferença e Desigualdades na Escola Pública
Território, Cidade, Participação Política e Dinâmicas Sociais		
Estrutura e Funcionamento do Estado Brasileiro pós 1988	Marcelo Arno Nerling	Bacharel em direito, especialista em pedagogia universitária, mestre em instituições jurídico políticas e doutor em direito do Estado, o Professor Nerling adotou a ciência por vocação. Emprega metodologias ativas e flexibilização curricular na educação continuada de adultos, preparando para o exercício da cidadania na universidade necessária. Ocupa um cargo de provimento efetivo na Universidade de São Paulo. Na graduação, está vinculado ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Na pós-graduação compõe o Programa Interdisciplinar em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Com ensino, pesquisa e extensão, estuda, formula, implementa e avalia a gestão de políticas públicas. Lente do direito, com vontade de Constituição, promove o diálogo interdisciplinar colaborativo na cidade constitucional.
Processo Legislativo Local e Participação Popular na Cidade		
Representação Política e Assessoria Parlamentar	Humberto Dantas de Mizuca	Doutor (dez-2007) e mestre (mai-2002) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com graduação em Ciências Sociais pela mesma universidade (jul-1998). Pós-doutor em Administração Pública pela FGV-SP (2017-2021). Pesquisador da FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás. Coordenador de Educação do CLP desde dezembro de 2019, com ênfase nas pós-graduações com o Instituto Singularidades. Foi presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo de abr-2017 a nov-2018. Coordena a especialização em Ciência Política da FESP-SP. É docente desde 1999, passando por graduação e-ou pós-graduação em instituições como: FGV, Insper, FAAP, LFG-Anhanguera, UNIB, FIPE- USP, Anhembi Morumbi, Uninove, CEFOR, Damásio, Mauá, ESA-OAB, EPD, ENAP, EACH-USP (visitante) e São Camilo, onde durante três anos foi gestor de projetos sociais, componente da CPA e coordenador de ciclo básico de disciplinas de graduação na área da saúde. De novembro de 2018 a agosto de 2019 foi professor do Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis na Universidade Nove de Julho e líder de trilha. Entre 2011 e 2019 coordenou curso de pós-graduação na FIPE-USP, onde leciona até hoje. Coordenador e-ou professor de ações de educação política na Oficina Municipal (2008-2018), Assembleia Legislativa de São Paulo, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Movimento Voto Consciente, Votorantim, Engenform, Fersol, Johnson&Johnson, Itau-Unibanco, Fundação Konrad Adenauer, Centro de Integração da Cidadania entre outras, com mais de 700 turmas formadas e diversas outras iniciativas.
Processo Legislativo, Governo e Sociedade: Estudos de Caso	Maria Nazaré Lins Barbosa	Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo-USP, Mestre e Doutora em Administração Pública Governo pela Fundação Getúlio Vargas-SP. Procuradora-Chefe da Câmara Municipal de São Paulo. Experiência docente nas áreas de Direito Administrativo, Terceiro Setor, Ética e Responsabilidade Social em diversos cursos e instituições, entre as quais a FGV e a Escola do Parlamento. Membro da Comissão de Advocacia Pública da OAB/SP.
Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Questões Metropolitanas e Território da Cidade	Eduardo José Grin	Doutorado em Administração Pública e Governo pela FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (SP), Brasil (2016). Professor da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (SP). Mestrado em Ciência Política (Conceito CAPES 7). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Especialização em Sociologia. (Carga Horária: 480h). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Graduação em Ciências Sociais.
Poder Legislativo e Políticas Públicas na Cidade	Alexandre Abdal	Sociólogo (graduação, mestrado e doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLLCH-USP) e, desde 2019, sou pós-doutorando do International Postdoctoral Program (IPP) do Cebrap com a pesquisa: "A globalização na berlinda: a crise da economia-mundo europeia e a emergência de dinâmicas globais disruptivas". Venho trabalhando, assim como possuo interesse, pelas discussões entre desenvolvimento, globalização e desglobalização e entre desenvolvimento e território. Também possuo interesse e reflexão acerca dos temas de (i) políticas públicas de desenvolvimento, competitividade e inovação; (ii) métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais; (iii) mercado de trabalho e educação superior; (iv) avaliação de políticas públicas; e (v) cultura de doação. Minha dissertação de mestrado foi publicada como livro, sob o título São Paulo, Desenvolvimento e Espaço: a formação da Macrometrópole Paulista, pela editora Papagaio, em 2009.
Comunicação Política no Poder Legislativo	Mayra Goulart da Silva	Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Coordenadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM). Doutora em Ciência Política (2013) pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em América Latina, Teoria Política, Ideologia, Instituições e Comportamento político.
Metodologia de Ensino e Pesquisa	Silvia Aparecida Santos de Carvalho	Doutora em Educação formada pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP-SP, Mestre em Educação e Pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Psicopedagoga pelo Instituto Sedes Sapientiae. Possui 30 anos de experiência na área da Educação, atuando como Gestora Pedagógica, como Professora do Ensino Superior e como professora alfabetizadora de crianças, adolescentes e adultos. Atualmente é Assessora Acadêmica na Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. É membro do Departamento de Psicopedagogia do Instituto Sedes Sapientiae onde coordena a implantação do Centro de Estudos e Pesquisas da Aprendizagem - CEPAP e leciona a Disciplina Psicopedagogia da Linguagem: processos de produção de leitura e escrita. Atua como voluntária na Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, desenvolvendo atendimento psicopedagógico grupal de crianças e adolescentes com dificuldades na leitura e na escrita. Atende em consultório particular. É membro da ABALF - Associação Brasileira de Alfabetização e da ACIP - Asociación Científica Internacional de Psicopedagogia.
A Cidade Contemporânea: Políticas Públicas de Cultura, Esporte, Lazer e Economia Criativa	Vinicius Schurgelies	Doutorando em Administração Pública e Governo (FGV-EAESP); Mestre em Gestão e Políticas Públicas (FGV-EAESP); Pós-Graduado em Gestão Pública (UTFPR); Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (UFF) e Auditoria Contábil Fiscal (FAMA); Graduado em Administração Pública (FGV-EAESP). Possui mais de 16 anos de experiência profissional como gestor público, consultor governamental e 7 anos de experiência como professor universitário, coordenador de graduação e coordenador de pós-graduação. Atualmente é servidor de carreira do Governo do Estado de São Paulo e exerce suas atividades como Diretor-Presidente do Instituto do Legislativo Paulista (ILP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e coordenador pedagógico do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública EAD da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).
A Cidade Contemporânea e	Pedro Henrique Lopes Campos	Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, com formação complementar na



as políticas públicas da área social: educação, saúde e assistência social	University of Leeds (Reino Unido). Servidor público, tem experiência profissional como gestor de projetos na Prefeitura do Município de São Paulo e como coordenador da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. É assistente de pesquisa no Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da Fundação Getúlio Vargas e membro do Conselho Editorial da Revista Parlamento e Sociedade. Atualmente, tem como objeto os estudos sobre burocracias e instrumentos de políticas públicas.
--	---

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS – fls. 20

Para cada edição de oferta do curso de especialização em Legislativo, Assessoria Parlamentar e Representação Política, serão oferecidas até 85 (oitenta e cinco) vagas assim distribuídas:

- a) 55 vagas serão destinadas exclusivamente a servidores públicos que atuam em cada um dos 55 gabinetes da Câmara Municipal de São Paulo, na razão de 1 vaga por gabinete parlamentar;
- b) 15 vagas serão destinadas a servidores públicos que integram as diferentes carreiras do quadro de pessoal legislativo da Câmara Municipal de São Paulo;
- c) 15 vagas serão destinadas à ampla concorrência do público interessado em geral.

No caso de as 55 vagas destinadas a servidores públicos que atuam em cada um dos 55 gabinetes parlamentares não sejam preenchidas, elas serão oferecidas aos demais servidores públicos que integram as diferentes carreiras do quadro de pessoal legislativo da Câmara Municipal de São Paulo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E PROGRESSÃO NO CURSO – fls. 20

Para avaliação da aprendizagem dos estudantes, será considerada a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos e buscar-se-á o julgamento a respeito da progressão contínua das aprendizagens em cada disciplina e no conjunto das disciplinas do Ciclo.

Para ser considerado aprovado em uma disciplina, o estudante deverá alcançar média final igual ou superior a 5,0 (cinco) e frequência igual ou superior a 75% do total de aulas dadas na disciplina. A composição desta média final será resultado da utilização de, no mínimo, 02 (dois) instrumentos de avaliação, a saber:

- a) Prova objetiva, individual, com 20 questões de múltipla escolha e uma questão discursiva que responderá por 70% da média final em cada disciplina.
- b) Trabalho Colaborativo de Sistematização (TCS) em trio, com delimitação e formato definidos pelo professor, desenvolvido a partir de temas e questões previstos no programa de e que responderá por 30% da média final em cada disciplina.

Para a proposição do Trabalho Colaborativo de Sistematização o professor poderá, a partir de suas intencionalidades pedagógicas, propor atividades diversificadas, tais como: elaboração de resenhas críticas, fichamentos ou resumos de material bibliográfico de referência, construção e apresentação de seminários, estudos de caso, produção de conteúdo em forma de vídeo ou áudio, elaboração de textos reflexivos sobre temáticas desenvolvidas em aula, construção de artigos científicos, entre outros.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – PORTIFÓLIO ACADÊMICO – fls. 21

Para fazer jus à Certificação de Especialista, os alunos matriculados no curso “Legislativo, Assessoria Parlamentar e Representação Política” deverão consolidar e submeter Trabalho de Conclusão de Curso organizado na forma de Portifólio Acadêmico.

O Portifólio Acadêmico tem o objetivo de tornar visível a evolução das aprendizagens realizadas pelos estudantes ao longo do curso mediante seleção e composição de suas realizações acadêmicas.

Para a composição do Portifólio Acadêmico, os estudantes poderão eleger produções nos formatos sinalizados na tabela a seguir. Para cada produção selecionada pelo estudante, será atribuída uma pontuação específica.

Para obter a aprovação de seu Portifólio Acadêmico – Trabalho de Conclusão de Curso, o estudante deverá alcançar, no mínimo, 70 pontos. A nota final do Trabalho de Conclusão de Curso será definida com base no total de pontos acumulados pelo estudante, conforme os seguintes critérios:

- a) 5 a 30 pontos: nota 3,0 (insuficiente para aprovação)
- b) 31 a 40 pontos: nota 4,0 (insuficiente para aprovação)
- c) 41 a 50 pontos: nota 4,0 (insuficiente para aprovação)



- d) 50 a 69 pontos: nota 6,0 (insuficiente para aprovação)
- e) 70 a 79 pontos: nota 7,0 (aprovado)
- f) 80 a 89 pontos: nota 8,0 (aprovado)
- g) 90 a 99 pontos: nota 9,0 (aprovado)
- h) 100 pontos ou mais: nota 10,0 (aprovado com distinção)

CERTIFICAÇÃO – fls. 23

Como requisitos para certificação integral da especialidade serão exigidos:

- Aprovação em todas as disciplinas do ciclo básico e nas disciplinas que compõem a trilha de aprofundamento escolhida pelo estudante.
- Elaboração e Aprovação, por banca constituída por dois membros, de Trabalho de Conclusão de Curso – Portfólio Acadêmico, alcançando nota igual ou superior a 7,0.

Ao pós-graduando que cumprir os requisitos do curso será conferido o Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de especialização, acompanhado do respectivo histórico escolar, emitido de acordo com a legislação vigente.

PERÍODO E PERIODICIDADE – fls. 23

A oferta do curso será feita de modo a permitir a integralização de todas as atividades acadêmicas num período mínimo de 16 meses (dezesesseis meses) e num período máximo de 24 meses (dois anos), de acordo com calendário acadêmico elaborado e divulgado no início de cada turma.

As aulas do curso serão realizadas, preferencialmente, às segundas-feiras e as sextas-feiras, no período matutino, das 9h às 12h.

Considerações Finais

O Projeto do Curso de Especialização intitulado, Legislativo, Assessoria Parlamentar e Representação Política proposto pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo está estruturado em 450 horas, para 85 vagas e duração de 16 meses, podendo se estender em até 24 meses. Os objetivos do curso, a proposição das disciplinas e o corpo docente estão adequados aos seus propósitos. Igualmente, estão bem definidos a clientela, os critérios seletivos, desenvolvimento e avaliação do curso.

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 197/2021, o Projeto do Curso de Especialização - Legislativo, Assessoria Parlamentar e Representação Política, proposto pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, com a oferta de **85 vagas** por turma.

2.2 A divulgação, a inscrição e a matrícula só podem ocorrer após publicação do ato autorizatório.

São Paulo, 16 de janeiro de 2023.

a) Cons^a Iraide Marques de Freitas Barreiro
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Cláudio Kassab (*ad hoc*), Eliana Martorano Amaral, Ghisleine Trigo Silveira (*ad hoc*), Iraide Marques de Freitas Barreiro, Márcia Aparecida Bernardes (*ad hoc*), Maria Eduarda Queiroz Moraes Sawaya (*ad hoc*), Marlene Aparecida Zanata Schneider (*ad hoc*), Mauro de Salles Aguiar (*ad hoc*), Pollyana Fátima Gama Santos, Roque Theophilo Junior (*ad hoc*) e Thiago Lopes Matsushita.

Sala da Câmara de Educação Superior, 18 de janeiro de 2023.

a) Cons^a Eliana Martorano Amaral
Presidente da Câmara de Educação Superior



DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 01 de fevereiro de 2023.

Cons. Roque Theophilo Júnior
Presidente

PARECER CEE 16/2023 - Publicado no DOE em 03/02/2023 - Seção I - Página 29
Portaria CEE-GP 28/2023 - Publicada no DOE em 04/02/2023 - Seção I - Página 26

